

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos.

**REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº DE 2015
(Do Sr. Luis Carlos Heinze)**

Requer a convocação do ex-coordenador regional da FUNAI, Adir Reginato.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 36 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a convocação do senhor Adir Reginato, ex-coordenador regional da Fundação Nacional do Índio – FUNAI – da Coordenadoria de Passo Fundo, estado do Rio Grande do Sul.

JUSTIFICAÇÃO

Sem justificativa a FUNAI publicou no Diário Oficial da União, do dia 11 de outubro de 2013, a Portaria 10/13, que exonerou o servidor Adir Reginato, matrícula nº 1698709, CPF nº 193.060.080-15, do cargo em comissão de Coordenador Regional, código DAS 101.3, da Coordenação Regional de Passo Fundo-RS.

Coincidentemente, o afastamento do servidor ocorreu logo após questionamentos que apresentei ao Ministério da Justiça – requerimento de informações 365/2013, de 24 de abril de 2013 – sobre arrendamentos de terras indígenas para produção de soja, fato que poderia estar estimulando os indígenas a reivindicar a demarcação de mais áreas produtivas.

Em um levantamento que realizamos em 18 áreas já regularizadas no estado do Rio Grande do Sul, obtivemos a confirmação extraoficial de que em seis territórios que somam uma área de 81.508 hectares, 33.400 hectares estavam arrendados

para plantio de soja. Tal fato deveria se repetir nas demais áreas indígenas. As irregularidades foram verificadas nas reservas de Cacique Doble, Guarita, Ligeiro, Monte Caseros, Nonoai e Serrinha.

Na época, com base no rendimento médio de 50 sacas de soja por hectare, chegamos a uma produção total de 1.670.000 sacas da oleaginosa. O custo do arrendamento é de 20% da produção. Com essa conta, 334 mil sacas foram entregues pelo uso da terra. Com o preço médio daquele ano, segundo a Emater/RS, de R\$ 53,40 por saca, o valor pago pelo arrendamento foi de R\$ 17,8 milhões.

Em novembro de 2014, a Polícia Federal desencadeou a Operação Terra Fértil, com o objetivo de dar continuidade às investigações que apuravam o arrendamento de terras indígenas da reserva de Ventarra (Erebango – RS). Os policiais cumpriram três mandados de prisão temporária e seis mandados de busca e apreensão. Também foram realizados dois mandados de condução coercitiva, nas cidades de Getúlio Vargas/RS, Erebango/RS, Tapejara/RS, Erechim/RS e Estação/RS.

Assim, julgo de fundamental importância, a convocação do senhor Adir Reginatto, para que venha a esta CPI informar o que sabe sobre esses arrendamentos, quem recebeu esses valores, se foi distribuído a todos os membros da aldeia, se apenas os líderes ficaram com o dinheiro, no que foi aplicado, se era de conhecimento da Coordenadoria Regional de Passo Fundo, e ainda o que foi feito, durante sua gestão, para impedir a prática.

Sala das Sessões, em de de 2015

LUIS CARLOS HEINZE
Deputado Federal – PP/RS